



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO
Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: CULTURA E PRECONCEITO

ESTEVES, GABRIEL PAPA RIBEIRO¹.

¹ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4792-4273>

*Autor para correspondência e-mail: gabriel-papa@hotmail.com

Palavras-chave

Cultura
Escravidão
Cultura afrodescendente
Brasil

Keywords

Racism
Culture
Slavery
Afrodescendant Culture
Brazil

Palabras clave

Racismo
La Cultura
La Esclavitud
Cultura Afrodescendiente
Brasil

RESUMO

Este trabalho busca compreender a formação e constituição da sociedade brasileira a partir de uma percepção de sua pluralidade no que tange suas relações étnico-raciais. Esta compreensão se faz pela análise histórica de nossa identidade sociocultural que aponta para o papel de grupos étnico-raciais distintos na construção da mesma. Como proposta, convidamos o leitor a realizar uma reflexão acerca das relações étnico-raciais no Brasil e a existência do preconceito, perpassando o desenvolvimento do movimento negro, suas causas e consequências.

ABSTRACT

THE ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BRAZIL: CULTURE AND PRECONCEPTION

This work seeks to understand the formation and constitution of Brazilian society based on a perception of its plurality in relation to its ethnic-racial relations. This understanding is made by the historical analysis of our socio-cultural identity that points to the role of distinct ethnic-racial groups in the construction of the same. As a proposal, we invite the reader to reflect on ethnic-racial relations in Brazil and the existence of prejudice, through the development of the black movement, its causes and consequences.

RESUMEN

LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN BRASIL: CULTURA Y PRECONCEITO

Este trabajo busca comprender la formación y constitución de la sociedad brasileña basada en la percepción de su pluralidad en relación con sus relaciones étnico-raciales. Esta comprensión se realiza mediante el análisis histórico de nuestra identidad sociocultural que apunta al papel de los distintos grupos étnico-raciales en la construcción de la misma. Como propuesta, invitamos al lector a reflexionar sobre las relaciones étnico-raciales en Brasil y la existencia de prejuicios, a través del desarrollo del movimiento negro, sus causas y consecuencias.

R INTRODUÇÃO

Refletir acerca das relações étnico-raciais no Brasil e a existência do preconceito demanda que tomemos como ponto de partida a concepção de identidade, que permite aos indivíduos compreenderem-se como seres individuais e singulares. O problema é que “Narciso acha feio o que não é espelho.” De acordo com Stuart Hall (1997) identidade resulta daquilo que é de nossa escolha ou não. O que foge ao controle individual nas relações sociais é importante na constituição da identidade, como, por exemplo, o racismo. Portanto o conceito de identidade nos remete à nossas heranças culturais e formas de pensar o mundo.

Identidade é um constructo que perpassa duas questões: é relacional e contrastante. O que significa que o eu se constitui na relação que estabelece com os outros, estabelecendo conjuntamente semelhanças e diferenças. O ser humano utiliza o outro como referência e constrói-se nessa relação onde o outro é um espelho, no qual nos reconhecemos e nos estranhamos, assim nos definimos e entendemos nossas práticas sociais. Acontece que o outro também nos mostra nossas imperfeições, pois cada cultura possui seus próprios sistemas de valores morais e sua própria integridade ética que se constroem pelas relações sociais que moldam em certa medida os indivíduos referendando sua identidade e enquadrando-os em categorias que são impelidos a reproduzir para serem reconhecidos como parte do grupo. Entretanto as sociedades são múltiplas e compostas de diversos grupos com uma variedade imensa de características que compõem suas identidades. A intersecção desta diversidade acaba sendo a fonte de grande parte dos conflitos sociais na medida em que as diferenças se mostram insolúveis pelas vias do diálogo e do respeito, algo problemático e que deve ser encarado pelas Ciências Humanas como um desafio a ser superado para construção de uma cultura tolerante, respeitosa e autocompreendida.

Este desafio é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa, principalmente quando se trata do povo brasileiro, cujo um olhar histórico mais aguçado sobre a sua constituição cultural nos remete a três grandes matrizes que compõem o Brasil, fornecendo subsídios para a formação da identidade brasileira. São elas, segundo Darcy Ribeiro (2004): a matriz indígena e as suas muitas etnias, como os Tupi, articuladas no território de Vera Cruz; a matriz europeia branca encabeçada pelos portugueses e o processo de colonização que desencadearam e a matriz afrodescendente dos povos escravizados pelos portugueses nesse processo.

O PROCESSO SÓCIO-CULTURAL

Os colonizadores estabeleceram uma dominação na qual buscavam estabelecer a moral e a memória num processo civilizatório violento e etnocêntrico, no qual os europeus conceberam uma visão de mundo em que se colocavam como centro de referência para pensar as chamadas boas maneiras e costumes, relegando assim, àqueles que eram diferentes, conotações depreciativas que estabeleciam fronteiras entre os ditos civilizados e os ditos bárbaros ou primitivos. Traço característico da história ocidental moderna. As outras matrizes são assujeitadas no seio desta triste realidade perversa, onde o branco europeu, e sua cultura, impusera-se violentamente como referência para o normal, e o que foge à normalidade é encarado como patológico. Notamos aqui, enfim, as referências do pensamento racista e eugênico, que no século XIX ganha respaldo nas teorias, advindas do Positivismo e do Darwinismo e Evolucionismo Social, de progresso e evolução da humanidade, sua história e cultura como processos contínuos e unidirecionais que classificavam o caminho evolutivo dos povos humanos numa constante que partia da condição de primitivos, passando pela barbárie, a caminho da civilização, estágio no qual os próprios europeus se colocavam por entenderem que seu desenvolvimento epistemológico seria superior e mais avançado em relação aos conhecimentos produzidos de formas diferentes por outros povos não civilizados e, portanto, supostamente com uma animalidade latente. Este etnocentrismo dos colonizadores constituiu um imaginário racista e marginalizou os dominados como o negro que acabava por ser escravizado sob esta justificativa. As matrizes não europeias são coagidas institucionalmente e culturalmente a negarem sua própria identidade e a se pensarem como transgressores dos padrões por possuírem práticas supostamente inferiores a eles. Têm de negar seus costumes, seus valores e suas crenças que se arraigam - ao olhar dominante - à raça (conceito utilizado no passado e que relacionava heranças fisiológicas distintas que delimitariam diferentes capacidades intelectuais e qualidades morais e que hoje fora substituído pela ideia de etnia - que contempla todos os aspectos de uma cultura, inclusive os traços físicos acentuados em seus indivíduos, algo insuficiente para distinguir a espécie humana em raças). A

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UNESP/FCLAr.

colonização estabelecida pela civilização europeia cria um processo de adaptação histórica que coloca as outras matrizes num plano violento de assujeitamento e fabricação contínua de crenças que influenciam os indivíduos a alocarem-se socialmente segundo os discursos dominantes. Processo este que nunca se conclui, é sempre um conflito que gera nas relações sociais um efeito cujas implicações são a formação da própria cultura.

O Brasil acaba por ser, portanto uma invenção mercantilista que se constituiu violentamente como resultado do processo de formação do capitalismo. Entretanto, nas relações de dominação existem conflitos dos quais emergem mudanças sociais que abarcam dominantes e dominados ao reconfigurar culturalmente a sociedade que compartilham.

Apesar dos focos de resistência, muitas tribos indígenas aceleram o processo de miscigenação com os portugueses para formar alianças familiares e estabelecer a paz entre eles, evitando suas investidas violentas. Com a chegada dos negros os casos de estupro se multiplicam frente à resistência das mulheres que tinham tradições diferentes das indígenas. A miscigenação passa a fazer parte do processo pelo estupro e pela aliança familiar tradicional indígena. Os portugueses se miscigenam com as outras matrizes ao ponto em que o povo brasileiro tenha, no cerne de sua constituição étnica, a pluralidade que se amplia no desenvolvimento histórico e com os ciclos de imigração espanhola, alemã, italiana, japonesa e muitas outras para o país (RIBEIRO, 2004). Um exemplo claro destas confluências culturais e étnicas pode ser constatado no desenvolvimento de religiões afro-brasileiras como a Umbanda, cuja análise do desenvolvimento aponta para muitas características culturais do Brasil.

O processo de colonização feito pelos portugueses no Brasil desencadeou o tráfico negreiro para este país, devido ao modelo econômico escravista da colônia e lucro gerado pra Portugal pelo tráfico de escravos africanos. Dentre os escravos que eram trazidos, basicamente de duas matrizes étnicas, os sudaneses e os bantos (PRANDI, 1996), vieram sacerdotes e médicos nativos que mantiveram seus trabalhos em solo estrangeiro, sendo tolerados devido a muitas das doenças e moléstias trazidas pelos negros serem desconhecidas pelos cristãos portugueses, que por sua vez eram os senhores de engenho e perdiam muitos escravos por não saberem como tratar seus males, permitindo, portanto, a presença de feitiçeiros e mandingueiros com a esperança de preservar sua propriedade (DELGADO SOBRINHO, 1978). Muito frequentemente também era concedido um pouco de liberdade, com restrições, na prática religiosa de seus escravos com o intuito de que se amenizasse um pouco o sentimento de revolta para com seus senhores, dessa maneira a intenção era diminuir as chances de rebeliões. A religião é difícil de ser enquadrada, simplesmente, como produto ou como expressão, visto que os dois temas estão interligados e é complicado separá-los, pois sendo o homem um ser que essencialmente vive em sociedade e a religião um fenômeno que surge e se reproduz no plano do coletivo, ela é produto da comunhão e, ao mesmo tempo, uma expressão na qual se manifesta o sentimento de coletividade. A religião é o agente que move as ações cotidianas, é o propulsor inconsciente que agrupa seguidores junto a práticas comprovadoras da fé, que na busca por um ideal mundano ataca as expectativas, as vontades, o espiritual e o carnal, transforma o psicológico e rega o físico.

Durante muito tempo a inquisição funcionou fortemente no Brasil, vigiando muitos senhores de engenho, visto que muitos deles eram cristãos novos (judeus convertidos ao catolicismo) e suspeitos de praticarem o judaísmo. Com receio da igreja estes senhores começaram a reprimir as crenças religiosas dos escravos negros que, em decorrência, passaram a cultuar entidades religiosas diferentes das pregadas pela matriz cristã sob a máscara do catolicismo popular, os venerando através de roupagens simbólicas de santos católicos. Os senhores muitas vezes por serem novos no catolicismo não percebiam a camuflagem e nem que à noite na senzala o que era praticada era a religião autêntica dos cativos, fantasiada de catolicismo, onde estes recebiam conselhos, promessas e curas de seus orixás incorporados. É válido ressaltar que a influência católica sobre a Umbanda vem de maneiras diversas, sendo que os negros eram obrigados a marcar presença nos cultos católicos junto aos seus senhores, inclusive tinham suas posições marcadas nas capelas, mesmo dentro destas a disposição de lugares era hierarquizada. Ensinava-se ao negro a obediência e a resignação ao senhor de engenho como forma de alcançar o céu e redimir seus pecados e mais fortemente ainda era difundida a comparação entre as privações da vida de Jesus Cristo em semelhança à dos escravos como justificativa da compensação a receber *no post mortem*.

Outra característica de formação da Umbanda foi a sua associação às religiões indígenas e a elaboração de culto às entidades relacionadas ao povo nativo que fora escravizado nesta terra antes deles, e dela eram

os verdadeiros povos. (DELGADO SOBRINHO, 1978). Adentrando ao século XIX temos um começo de urbanização no cenário nacional e a fixação de negros escravos nas ocupações e aglomerados urbanos, no âmbito das cidades passaram a ter contato com o kardecismo espírita europeu, trazido com os ciclos de imigração, que aflorava na época, e herdou deste seu apego às virtudes da caridade e do altruísmo, se configurando num sincretismo religioso único e que representa em si a cultura brasileira e sua diversidade. Mesmo com a resistência dos negros frente à imposição religiosa católica, as religiões africanas tiveram que se sincretizar com o cristianismo para poderem sobreviver diante da perseguição religiosa.

O Brasil acaba por ser a síntese deste emaranhado de crenças que se irradiam para toa a cultura e costumes, nos quais a moral cristã portuguesa, sua negação do corpo (espaço do pecado) e dos sentidos (fonte das ilusões), entra em contato com os afrodescendentes, sua relação de culto ao corpo e sua expressão na dança e na música. Desta forma a cultura brasileira incorpora esta corporeidade sem negar o pudismo moral. O índio agrega nesta identidade uma concepção de simplicidade na relação com o mundo. Temos aqui uma cultura que associa a esperança cristã, a expressão criativa corporal e uma positividade em aproveitar os prazeres simples da vida, o que se materializa no carnaval, no futebol, no samba, nas festividades e na sensualidade. Estas características são campo fértil para uma sociedade com muitas possibilidades e que precisa conhecer suas origens para poder reinventar a si mesma a partir daquilo que quer em vista do que pode ser, uma vez que nos constituímos numa cultura feliz frente a tantas adversidades (RIBEIRO, 2004).

Esta reinvenção é necessária, pois com o fim da escravidão em 1888 apenas desautoriza o branco de acorrentar o negro sem abolir as diferenças herdadas nesse processo que durou mais de três séculos e que culminou com a integração do negro na sociedade de classes capitalista de forma marginalizada, onde a condição perversa da cultura escravista não acaba com a abolição na medida em que o estigma da cor e da raça ainda permanece diante de um povo desumanizado por séculos de injustiça para o luxo e o comodismo das elites brancas. Os libertos foram soltos a própria sorte sem serem alfabetizados ou inseridos no campo educacional, político e econômico, no momento em que o país se urbanizava e iniciava sua industrialização o negro não fora introduzido nesse processo e governo e sociedade passam a apostar no embranquecimento pela imigração de trabalhadores para substituir a mão de obra escrava nas lavouras, no comércio e nas indústrias ao invés de qualificar os antigos cativos do Brasil, acentuando a cultura segregacionista e empurrando estes ex-escravos e descendentes de escravos, que representavam metade de uma população, para um processo de enfavelamento e de pobreza, cujos efeitos foram o aumento da desigualdade social e da violência que emana desta condição e culmina com a criminalização da pobreza na medida em que a sociedade, ao enfrentar a criminalidade, acaba por combatê-la em suas consequências e não em suas causas, permitindo campo fértil pra preconceitos de cor e de classe (FERNANDES, 2008). Ao analisar a conjuntura da sociedade brasileira escravista é possível perceber o surgimento de uma plebe urbana composta por negros libertos e mulatos artesãos que se igualavam aos brancos no que tange a questão do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que são rejeitados pela sociedade devido a sua cor. Essa situação de marginalidade das populações negras coloca os escravos e os negros livres a protestarem e se rebelarem em busca de direitos.

É em decorrência desta conjuntura que se desenvolve no seio da cultura brasileira focos de resistência cultural afro-brasileiros.

A primeira grande expressão de luta são os muitos quilombos espalhados pelo Brasil, pela garantia de posse dos territórios que ocuparam e se estabeleceram. Estas comunidades lutam por suas tradições, por suas histórias, pelo seu modo de vida, e pelas suas liberdades, como povo que fez do solo que germinou de seu sangue a sua casa, sua identidade e lutando por ela se inserem em uma batalha de maior abrangência, um embate por um país que reconheça as muitas faces espalhadas em seus confins e, reconhecendo-as, assegure seus direitos. Sucederam-se revoltas como a Conspiração dos Alfaiates em 1798, na qual se buscava um rompimento com a ordem estabelecida e a instauração de um regime de igualdade e liberdade. Havia recrutas negros pobres, escravos e não escravos, e entre eles a classe dos artesãos pobres, brancos e mulatos. No percurso de revoltas que perpassaram a primeira metade do século XIX, destaca-se a Balaiada de 1838, dotada de forte caráter político. Aonde “O recrutamento revolucionário vai se processando sempre nas camadas cada vez mais baixas.” (BASTIDE, p. 146, 1971). É importante enfatizar que havia diversas etnias que apresentavam culturas e religiões distintas, e que, casualmente, se articulavam em torno de um objetivo comum. Algumas delas trouxeram consigo sociedades secretas da África, que se reconstituíram no Brasil, sendo que se pensava

que estas possuíam um enorme caráter político. Começa então a se esboçar no Brasil um de seus primeiros movimentos sociais: o movimento negro. Entendemos como movimentos sociais os grupos mais ou menos organizados e articulados em torno de interesses coletivos na construção de um reconhecimento social. E como movimento negro todas as entidades relacionadas com as etnias afrodescendentes no âmbito social, cultural, político e/ou religioso.

O movimento negro brasileiro se estabelece de fato a partir da abolição como um grito de existência e de negação da escravidão, buscando ampliar para a realidade a liberdade conquistada pelos negros no papel, uma vez que estes eram impedidos de frequentar muitos locais de brancos até meados do século XX, não tinha um caráter explicitamente político, porém, espalhou-se pelo território com o surgimento de organizações e associações para imprensa voltadas para a causa. Principalmente num contexto em que o próprio código penal de 1890 potencializava a criminalização do afrodescendente com permitindo a prisão daqueles que fossem apanhados vagando pelas ruas e não tivessem profissão ou ofício nem domicílio certo, algo que tinha como alvo prioritário os ex-escravos e seus descendentes, que na conjuntura de desigualdade herdada da escravidão não se recolocaram na nova lógica do mercado.

Durante e logo após a era Vargas as vias política e econômica se mostravam árduas e as bandeiras partidárias estavam em torno das relações de classe em detrimento dos movimentos sociais, é então que o caminho da cultura popular dá voz a negritude até se deparar com a censura ideológica da ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. Durante os anos de chumbo a inserção via cultura é silenciada e avança para a esfera política com o desenvolvimento de um programa de ação nacional e unificado do movimento negro em 1982, cujos objetivos eram a desmistificação da ideia de democracia racial brasileira; a organização política da população negra; a formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; busca pelo apoio internacional contra o racismo no Brasil e a luta pela introdução da história da África e do negro no Brasil nos currículos escolares (DOMINGUES 2000). A ideia de raça é reinventada pela luta afrodescendente e se torna uma estratégia de autorreconhecimento relacionado com a experiência dos indivíduos na construção da identidade negra. Identidade esta que passa a ser mais valorizada socialmente a partir dos anos 2000 com a cultura hip-hop, o rap e o funk, promovendo no âmbito das políticas públicas as ações afirmativas como as cotas para negros em concursos e universidades públicas e a lei 10.639 de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Lei que de fato se faz coerente com sua proposta política na medida em que coloca definitivamente a sociedade brasileira para refletir sobre as heranças culturais do passado e sobre o papel real do negro na formação do Brasil. Esta lei tem pouco destaque nas mídias brasileiras, mas tem incentivado afrodescendentes e expressarem com orgulho sua identidade através de discursos políticos e criações culturais, principalmente na periferia, tocando a sociedade de forma efetiva, porém resvalando nas condições precárias em que se encontram as escolas públicas, que são justamente as mais utilizadas por pobres e negros. Porém este obstáculo acaba por ser um convite para que os grupos subalternos historicamente neste país injusto, ao perceberem sua verdadeira importância na sustentação dos pilares sociais se unam e tomem para si a sociedade que seus antepassados têm construído com sangue, suor e lágrimas.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, R.. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Vol. 1, 1971, pp. 141-202.

BASTIDE, R., **Sociologia / organizadora Maria Isaura Pereira de Queiroz** - São Paulo: Ática, 1983. pp. 7-70.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências).

_____, **DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890**.

_____, **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História**. Brasília, 1998a (Vols. 05.1 e 05.2).

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: SECAD, 2005.

CARVALHO, J. J.. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. **Horiz. antropol.** [online]. 2005, vol.11, n.23, pp. 237-246.

CRUZ, R. R. **Macumba na sala de aula: dilemas e desafios do da “cultura negra” entre educadores evangélicos**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 11p.

DELGADO SOBRINHO, A. T. **O Universo Simbólico da Umbanda**. São Paulo: Tese. Escola Pós Graduada de Ciências Sociais da Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1978. 268 p.

DOMINGUES, P.. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**. v.12, n.23, pp. 100-122.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)**, v.1. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GAARDER, J. **O livro da religiões**. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KI-ZERBO, J. (ed). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1967.

_____. A eficácia simbólica. In. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1967.

LODY, R. **O negro no museu brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

MATTOS, H. M. **O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, pp. 127-136.

MELLO, R. C. Quando as ribeirãopretanas são negras: representações sociais na mídia local – jornal A Cidade, 1905. In: PERINELLI NETO, H.; PAZIANI, R. R.; MELLO, R. C. de. **No tempo das cidades: história, cultura e modernidade em Ribeirão Preto, SP (1883-1929)**. 1.ed., Paco Editorial: Jundiáí, 2014, pp.177-208.;

MONTERO, P. **Magia e pensamento mágico**. São Paulo, Editora Ática, 1990. 2º ed.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

PAULA, B. X. **O ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência a reflexão** In: FONSECA, S. G. (Org). **Ensinar e Aprender História: formação, saberes e práticas educacionais**. Campinas/SP: Alínea editora, 2009. p. 171-198.

PIERUCCI, A. F., PRANDI, R. **A Realidade Social das Religiões no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

_____. **A magia**. São Paulo, **Publifolha**, 2001. Coleção Folha Explica.

PRANDI, R. **Herdeiras do Axé**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, M. M. **África e Brasil africano**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2007.

SOUZA, S. L. **O patrimônio histórico afro-brasileiro na Ribeirão Preto do séc. XX**. Coleção Nossa História, Fundação Instituto do Livro: Ribeirão Preto, 2011.

SILVA, V. G. **Candomblé e Umbanda**. São Paulo: Editora Ática, 2000.